



## Senado aprova PEC das Domésticas em 1º turno

Emenda constitucional confere às domésticas direitos já consagrados para os demais trabalhadores, como jornada de 44 horas semanais e recebimento de horas extras. Segundo turno de votação será na próxima semana

**A** Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, foi aprovada por unanimidade entre os senadores presentes à sessão plenária de ontem. Os parlamentares classificaram o fim da diferença entre os empregados domésticos e os demais trabalhadores como um acontecimento histórico, equiparado à abolição da escravidão no país. Antes de ir a promulgação, a proposta precisará ser aprovada em segundo turno, o que deve ocorrer na próxima semana. [5](#)



Jefferson Rudy/Agência Senado

Com outros senadores, Lídice da Mata (4<sup>a</sup> à esq.), ministra Eleonora Menicucci e deputada Benedita comemoram aprovação

**Isenção de IR na participação nos lucros pode ser ampliada** [4](#)

**Empresa pede fim de tributo sobre bolsa de estudo** [6](#)

**Debatedores defendem 100% dos royalties para educação** [7](#)

**Agência de Águas vê falta de articulação na Amazônia** [11](#)

**Projeto de nova partilha do FPE ganha urgência** [12](#)

**Governo diz que não fará reajuste linear nos valores do SUS** [8](#)

**Autorizada renegociação de dívida de países africanos** [9](#)

**Educação básica é tema de novo número da *Em Discussão!*** [6](#)

**Autoridades terão de prestar contas anuais ao Senado** [2](#)

**Governadores divergem sobre mudança na regra do ICMS** [3](#)

O governador Tarso Genro (RS) fala em comissão, observado por Geraldo Alckmin (SP) e pelo senador Lindbergh Farias



Lio de Paula/Agência Senado



**Senadores pedem ações contra desastres naturais**

As chuvas que atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro e a seca que faz estragos no Nordeste foram lembradas ontem em Plenário por quatro senadores. Eles cobraram ações do governo para enfrentar as calamidades. [10](#)

Bombeiro trabalha em área afetada em Petrópolis: mortos, feridos e desalojados pelas chuvas do fim de semana

# Autoridades devem prestar contas ao Senado todo ano

Titulares de três ministérios — Justiça, Relações Exteriores e Defesa — e das agências reguladoras darão informações em audiências de comissões, de acordo com resolução promulgada ontem

A PARTIR DE agora, os ministros da Justiça, das Relações Exteriores e da Defesa, além dos dirigentes das agências reguladoras, deverão comparecer ao Senado anualmente para prestar contas ou informações aos senadores. O presidente do Senado, Renan Calheiros, promulgou ontem a Resolução 4/2013, que altera o Regimento Interno da Casa. As novas regras foram publicadas no *Boletim Administrativo do Senado Federal* e já estão em vigor.

Segundo o texto, os dirigentes das agências reguladoras deverão prestar contas sobre o exercício das atribuições e o desempenho da agência. Eles deverão apresentar uma avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências. Essa audiência de prestação de contas será feita em reunião conjunta da



Renan promulga resolução que altera o Regimento Interno do Senado

comissão temática referente ao setor e das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O ministro da Justiça também deverá comparecer anualmente à CCJ para dar informações e esclarecimentos a respeito da atuação da pasta, além de apresentar

uma avaliação das políticas públicas dentro da sua área de competência.

Os ministros das Relações Exteriores e da Defesa, por sua vez, deverão comparecer em audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no início de cada sessão legislativa do Senado.

## Joaquim Barbosa teme “gigantismo”

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, visitaram ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. O principal assunto foi a proposta, em tramitação no Congresso, de criação de mais quatro tribunais regionais federais no país, com o objetivo de desafogar os existentes.

A PEC 86/2011 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) no dia 6, na forma de texto substitutivo de Jorge Viana (PT-AC). Ontem, o Plenário acatou requerimento para que se estabeleça calendário especial para a tramitação da proposta. O calendário especial não permite a quebra de interstícios (prazos constitucionais), o que possibilitaria um tempo menor para a aprovação da proposta.

Segundo Renan, Barbosa manifestou preocupação com um possível “gigantismo” da



Barbosa: cada tribunal pode exigir a contratação de 3 mil servidores

Justiça, já que cada tribunal pode exigir a contratação de cerca de 3 mil servidores.

O primeiro tribunal terá jurisdição sobre Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e sede em Manaus. O segundo terá jurisdição sobre Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins, sediado em Belém.

O terceiro cobrirá Bahia e Sergipe, com sede em Salvador. O quarto exercerá poder sobre Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, com base em Fortaleza. A proposta também determina que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), 180 dias depois de promulgada a emenda, encaminhe ao Congresso projeto dispendo sobre funcionamento desses tribunais.

Outro assunto abordado na visita foi a liminar que suspendeu a nova distribuição dos royalties do petróleo. Na segunda-feira, a ministra Cármen Lúcia suspendeu parte da nova Lei dos Royalties, promulgada na semana passada com partes originalmente vetadas. Renan disse acreditar em uma rápida definição sobre o assunto no Plenário do STF.

— Não quero entrar no mérito da decisão da ministra, mas acredito na competência do Congresso na apreciação dos vetos — afirmou.

## Senado e Justiça acertam intercâmbio

O Senado e o Conselho da Justiça Federal firmaram ontem termo de cooperação técnica para intercâmbio técnico-científico e cultural e troca de conhecimentos, informações e experiências entre as duas instituições. A iniciativa, do presidente do Senado, Renan Calheiros, é voltada à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização

técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional do Senado e do conselho.

Renan ressaltou, na cerimônia de assinatura, que os vínculos entre o Senado e o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal são significativos.

— No campo cultural, têm sido frequentes e profícias

nossas atividades em conjunto — afirmou Renan, que citou edições de importantes títulos na área do Direito.

Participaram da assinatura do intercâmbio o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer; o primeiro-secretário do Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA); e o corregedor-geral da Justiça Federal, Arnaldo Esteves Lima.

## Cícero exalta sensibilidade social do ex-senador Ronaldo Cunha Lima

Na sessão de homenagem ao ex-senador e ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, segunda-feira, Cícero Lucena (PSDB-PB) classificou o homenageado como maior liderança política da história do estado. De acordo com o senador, Ronaldo, morto no ano passado, está cada vez mais presente pelo exemplo de vida.

— Aprendemos com a sua vida o que a sua morte ratificou e consagrou: para ser respeitado, ninguém precisa ser distante — afirmou o parlamentar.

Cícero foi o autor do requerimento da sessão. Ele lembrou a primeira

experiência na vida pública, em 1990, como candidato a vice-governador da Paraíba na chapa de Ronaldo.

Os anos de Ronaldo Cunha Lima no governo da Paraíba (1991-1994), segundo Cícero, foram marcantes para a administração pública: ele teria se recusado a demitir servidores por considerar que “demitir em época de crise é aumentar a própria crise”. Cícero assinalou que o ex-senador não enriqueceu nos muitos cargos eletivos que ocupou e que, nas homenagens póstumas que comoveram toda a Paraíba, “colheu em gratidão o que plantara com generosidade”.



Cícero elogia a memória do ex-senador na sessão de homenagem



Cunha Lima, morto em 2012, foi senador e governador da Paraíba

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

#### PLENÁRIO Alfabetização

14h Pauta trancada pela medida provisória (MP 586/12) sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

#### PRESIDÊNCIA Pacto federativo

11h Reunião sobre o pacto federativo; às 13h45, visita do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e do prefeito de Macaé, Rui Palmeira; às 14h30, reunião da Mesa. Preside a ordem do dia às 16h.

#### CI Rodovias

7h30 O diretor-geral do Dnit, general Jorge Ernesto Pinto Fraxe, fala sobre problemas estruturais em rodovias.

#### CDR Exportação

8h Análise de projeto que reduz de 80% para 50% o mínimo de receita bruta em exportação de empresas em ZPEs.

#### CAS Cotas

9h Projetos tratam de cotas para pessoas com deficiência e tarifa em medicamentos. Às 15h, debate com secretários de Saúde.

#### CCJ Cargos em concessionárias

10h Entre os 19 itens da pauta, proibição de ocupante de mandato eletivo e parentes em até terceiro grau administrarem, dirigirem ou representarem concessionárias de serviços públicos.

#### PACTO FEDERATIVO Reunião

11h Reunião com prefeitos e líderes da Câmara dos Deputados e do Senado, no Salão Negro do Congresso.

#### CCT Intercâmbio com a França

14h Reunião técnica com delegação de parlamentares franceses. O objetivo do encontro é estabelecer um intercâmbio de informações e cooperação política na área espacial.

#### CPI DA MULHER Data do relatório

14h Reunião para definir a data da entrega do relatório final elaborado pela senadora Ana Rita (PT-ES) ao longo dos dez meses de trabalho da comissão que investigou violência contra a mulher.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos diz que relatório sobre novas regras para o imposto será apresentado na semana que vem e votado no início de abril

# Lindbergh prevê “grande consenso” sobre ICMS

APESAR DAS OPINIÕES divergentes entre os oito governadores que debateram no Senado a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), previu um “grande consenso” em torno do assunto. Ele anunciou a apresentação do relatório sobre a matéria na próxima terça-feira e a votação na CAE em 2 de abril.

Lindbergh disse que o governo está aberto a mudanças em suas propostas — um projeto de resolução (PRS 1/2013), uma medida provisória (MP 599/2012) e um projeto de lei complementar (PLP 238/2013) — em busca de equilíbrio que evite perdas para os estados.

O relator do PRS 1/2013, Delcídio do Amaral (PT-MS), depois de ouvir os governadores, admitiu a necessidade de deixar mais claras as regras dos fundos de compensação de receitas (FCR) e de desenvolvimento regional (FDR). A lógica do governo, prevista na MP 599/2012, é que o FCR compensará perdas que os estados terão com a unificação gradual das alíquotas do ICMS e que o FDR ajudará estados menos desenvolvidos a atrair investimentos.

## Fim das isenções

O FDR, na avaliação do governo, preencherá o vácuo deixado pelo fim da guerra fiscal, já que, com o projeto de resolução e a medida provisória, os estados não poderão mais conceder isenções ou reduções de ICMS para atrair investimentos privados.

O PLP 238/2013 facilita a aprovação de convênio que concede remissão (perdão) dos créditos tributários decorrentes da guerra fiscal. Em vez da unanimidade dos secretários de Fazenda, como ocorre hoje, a aprovação poderá ser feita por



Lia de Paula/Agência Senado

Ao lado de governadores, o senador Lindbergh Farias fala na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que tratou do ICMS

três quintos das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada uma das cinco regiões do país.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, disse que o Senado poderá assumir o papel de coordenador da Federação, arbitrando as soluções em benefício dos estados. Na avaliação dele, uma reforma fatiada, como está sendo feita, não chegará a bom termo sem essa liderança.

Casagrande disse que é preciso evitar que os estados sejam divididos entre blocos de perdedores e ganhadores nas relações federativas e que o caminho é a busca do entendimento.

O governador do Piauí, Wilson Martins, cobrou a votação da proposta de emenda constitucional que reparte entre estados de origem e de destino o ICMS de produtos e serviços comprados pela internet. Hoje, a tributação beneficia apenas os estados que sediam os sites e portais de venda on-line, o que, segundo Martins, causa prejuízos às unidades federativas que consomem tais produtos. A proposta já foi aprovada pelo Senado e aguarda votação na Câmara dos Deputados.

## Governadores divergem sobre valor da alíquota interestadual

O debate com os governadores mostrou que os estados do Sul e do Sudeste preferem uma unificação imediata da alíquota interestadual do ICMS em 4%, enquanto os do Norte, Nordeste e Centro-Oeste defendem uma convergência para 7% e 4% no longo prazo — 4% se aplicariam a mercadorias originadas do Sul e do Sudeste e 7% dos demais estados.

Como a proposta do governo é intermediária, com a unificação em 4% no prazo de 12 anos, acabou recebendo críticas dos dois blocos. Geraldo Alckmin, de São Paulo, por exemplo, reclamou da transição longa, que, segundo ele, eleva as perdas

de seu estado. Mesmo assim, disse que São Paulo apoia a reforma, por reconhecer a importância da unificação das alíquotas para a economia do país.

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, mostrou efeitos “devastadores” da reforma do ICMS na economia da Região Centro-Oeste. Segundo ele, um estudo do Ministério da Fazenda, que elaborou a proposta do governo, mostra que as perdas de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso são, respectivamente, de 33,17%, 18,21% e 14,36%, numa simulação que tomou como base a arrecadação de 2011.



Subsecretaria de Comunicação Social/RJ

Auditores do RJ fiscalizam caminhão para evitar sonegação de ICMS

## Tarso: decisão sobre precatório prejudica estado

O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, considerou a proposta do governo um bom início no combate à guerra fiscal. Ele, porém, manifestou preocupação com recente decisão do Supremo Tribunal Federal de considerar inconstitucional parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Para ele, essa é a real ameaça às finanças dos estados, que podem ficar “ingovernáveis”. O governador disse que os efeitos da decisão sobre os parcelamentos de pagamentos de precatórios em curso poderão impor grandes sacrifícios a estados e municípios.

As divergências surgiram mesmo entre estados de uma mesma região. O Pará reivindica o mesmo tratamento dado à Zona Franca de Manaus, considerada exceção na reforma do ICMS, podendo manter a atual alíquota interestadual de 12%. O governador do Amazonas, Omar Aziz, disse que, sem a alíquota diferenciada, haveria perda de 77% de ICMS do estado nas operações entre contribuintes.

## Confirmada audiência com Mantega

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, participa de audiência amanhã, às 10h. A confirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

A audiência será conjunta com a Comissão de Infraestrutura (CI), atendendo a pleito de Fernando Collor (PTB-AL), que preside a CI.

Mantega foi convidado para debater o panorama da economia nacional, as perspectivas para a próxima década e um conjunto de temas específicos. Um dos assuntos será a proposta de unificação das alíquotas interestaduais do

ICMS, tema de medida provisória (MP 599/2012) e de projeto de resolução (PRS 1/2013) em exame.

Outro objetivo é ouvir o ministro sobre denúncias de uso de procedimentos contábeis com o propósito de assegurar a meta fiscal em 2012. Entre os temas, estão ainda as perspectivas de atração de investimentos privados para infraestrutura, inclusive por parcerias público-privadas (PPPs). A audiência foi requerida por Lindbergh, Humberto Costa (PT-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Clésio Andrade (PMDB-MG).

## Vanessa destaca debate em Plenário

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou no Plenário audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que reuniu governadores de oito estados em um debate sobre a unificação de alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para ela, o debate se insere nas discussões em torno do novo pacto federativo e foi muito produtivo.

Os objetos de discussão foram a Medida Provisória (MP) 599/2012 e o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013 — que têm objetivo de colocar fim à guerra fiscal entre os estados para

atrair empresas, já considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

— O ICMS é o principal instrumento dessa guerra fiscal e todos os incentivos fiscais concedidos pelos estados são, de fato, inconstitucionais, porque deveriam, antes de tudo, ter a aprovação do Confaz, órgão que reúne os secretários de Fazenda dos estados — disse.

Vanessa Grazziotin destacou, no entanto, que a guerra fiscal foi o meio encontrado pelos estados menos industrializados para atrair as empresas que se concentravam no Sudeste.



Pedro França/Agência Senado

Presidente da comissão, Waldemir Moka (2º à dir.) ouve Fernando Mombelli, representante da Receita Federal na audiência



Edilson Neves/Agência Senado

## Relator quer teto maior para isenção de imposto na participação nos lucros

Comissão mista que analisa medida provisória quer discutir com Ministério da Fazenda um aumento do valor, que hoje é de R\$ 6 mil

A MEDIDA PROVISÓRIA que isenta do Imposto de Renda (IR) a participação nos lucros e resultados de até R\$ 6 mil recebida pelos trabalhadores (MP 597/2012) deve ser discutida no Congresso com o Ministério da Fazenda. Ontem, o deputado Luiz Alberto (PT-BA), relator da MP na comissão mista criada para avaliá-la, propôs um acordo com o governo para aumentar o valor. A proposta foi feita na quarta e última audiência pública realizada pela comissão.

Luiz Alberto explicou que o relatório já está pronto, mas falta definir o teto de isenção. O texto deverá ser apresentado e votado em reunião marcada para 2 de abril. O deputado disse que a maioria das 36 emendas apresentadas trata da isenção do IR e de "imperfeições" da Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados.

— A lei prevê a criação de comissão de negociação na empresa, mas não estabelece obrigatoriedade da representação do sindicato. É preciso estabelecer espaços temporais

distintos entre o momento da negociação salarial da categoria e o momento da participação — afirmou.

Na audiência, o representante do Ministério do Trabalho,

### Renúncia chega a R\$ 1,7 bi neste ano, diz representante da Receita

Responsável pela Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli afirmou que a criação da tabela beneficia 99% dos trabalhadores que já recebem o benefício e agora terão isenção. Segundo ele, a renúncia de receita é estimada em R\$ 1,7 bilhão em 2013, R\$ 1,8 bilhão em 2014 e R\$ 2,09 bilhões em 2015.

Segundo Mombelli, qualquer emenda que implique aumento de renúncia tem que apresentar a fonte de compensação ou a

necessária anotação na proposta orçamentária.

Em relação à tabela de isenção, Mombelli reconhece que os valores estabelecidos não são os que acompanhavam o pedido do movimento sindical, mas são os possíveis de serem propostos pelo governo. Ele assegurou que a tabela atinge a grande maioria dos empregados ao isentar aqueles que ganham menos e recebem valores menores em participação, que são a maior parte dos trabalhadores.

Mauro Rodrigues de Souza, disse que as medidas adotadas com a MP são reivindicação antiga dos trabalhadores. Ele observou que a MP faz um ajuste na Lei 10.101/2000 para evitar que a participação nos lucros, paga em duas vezes, continue a ser tributada de forma acumulada.

Na prática, a MP institui um novo regime tributário próprio para o IR retido na fonte sobre participações nos lucros, antes sujeito à tributação na fonte e ao ajuste anual, e agora sujeito à tributação na fonte com base em tabela progressiva anual própria para o IR. Pela nova tabela, quem ganha anualmente até R\$ 6 mil em participações fica isento do imposto. Para quem obteve de R\$ 6.000,01 a R\$ 9 mil, a alíquota de contribuição é de 7,5%. De R\$ 9.000,01 a R\$ 12 mil, de 15%. De R\$ 12.000,01 a R\$ 15 mil, de 22,5%. E acima de R\$ 15 mil, de 27,5%.

## Plenário aprova empréstimo do BID para São Bernardo

O Plenário do Senado confirmou ontem decisão tomada mais cedo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e autorizou a Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) a contratar operação de crédito externo de US\$ 125 milhões.

Com garantia da União, o empréstimo vai ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se destina ao financiamento da segunda etapa do programa de transporte urbano do município.

O objetivo do projeto (PRS 18/2013) é a melhoria das condições de mobilidade da população, com enfoque no transporte coletivo, como esclarece o relatório de Humberto Costa (PT-PE), elaborado a partir de parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

De acordo com o relatório do parlamentar, a nova etapa do programa na área de transporte público no município paulista contará com investimentos totais de US\$ 250 milhões, sendo metade recursos do financiamento e a outra aporte de contrapartida da administração municipal. Os desembolsos ocorrerão em cinco anos, a partir desse ano.

Para cobrir os compromissos, a título de contragarantia, será celebrado contrato com a União permitindo saque das contas que centralizam a arrecadação da cidade ou das transferências federais do Fundo de Participação dos Municípios.

## Deputados franceses querem intercâmbio na área espacial

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática receberá hoje, para uma reunião técnica, delegação de parlamentares franceses que pretendem estabelecer intercâmbio de informações e cooperação política na área espacial. Também participarão do encontro integrantes da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. A reunião, aberta ao público, está marcada para as 14h, no Plenário 3 da Ala Alexandre Costa.

## MP induz investimento em portos, diz debatedor

Durante audiência da comissão mista que analisa a MP dos Portos, debatedores defendem o texto, que estabelece a exploração indireta dos portos pela iniciativa privada para aumentar os investimentos e as instalações na infraestrutura do setor portuário.

Os representantes da Receita Federal, Ronaldo Lázaro Medina, e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Paulo Morceli, afirmaram que a proposta (MP 595/2012) atende as demandas do sistema econômico brasileiro, que tem apresentado, nos últimos anos, um significativo aumento de produtividade, sobretudo no setor agrícola, e de exportações. Morceli explicou que as cargas precisam ser escoadas em tempo hábil. Ele disse ainda ser necessária a integração dos vários agentes que atuam no setor e uma melhor distribuição das cargas, com a utilização dos portos da Região Norte, por exemplo.

— A MP permite o aumento dos investimentos em infraestrutura portuária, melhora os aspectos operacionais e reduz os custos dos embarques brasileiros — destacou.

Eugenio Pio Costa, que representou o Ibama, observou que a possibilidade de aumento dos números de terminais privados no país vai aumentar a pressão no meio ambiente e as demandas do licenciamento ambiental.

— Irá demandar reforços das equipes de licenciamento, em nível federal e estadual, ações

para zoneamento ambiental, avaliação ambiental de ocupação dessas áreas e outros.

Apresidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (SindiReceita), Silvia Helena de Alencar, disse que a limitação do horário de atendimento da Receita Federal, responsável pela fiscalização aduaneira, faz com que o Brasil não tenha condições de concorrer no mercado internacional. A dirigente citou estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

(Firjan) segundo o qual, em 2011, devido ao elevado prazo de liberação, ficaram parados nos portos brasileiros, em média, 3.900 contêineres por dia. Silvia pediu a contratação de mão de obra na fiscalização dos portos para que a Receita possa funcionar 24 horas.

Parlamentares destacaram que o Brasil enfrenta problemas não somente em relação aos terminais portuários, mas em toda a estrutura existente para se chegar até os portos — por exemplo, nas estradas e ferrovias.



Arthur Monteiro/Agência Senado

Paulo Morceli, Eugênio Pio Costa, deputados Manoel Junior e José Guimarães, Ronaldo Medina e Silvia Alencar no debate

Emenda constitucional equipara os direitos dos domésticos aos de todos os trabalhadores. Proposta será submetida a segundo turno de votação na próxima semana



Renan Calheiros (E) celebra aprovação da PEC com as deputadas Janete Pietá e Benedita da Silva, ao lado de Paulo Paim

## Plenário aprova ampliação dos direitos das domésticas

O SENADO APROVOU ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2012. Conhecida como PEC das Domésticas, a proposta garante aos empregados domésticos direitos já assegurados aos demais trabalhadores, como jornada de trabalho definida, horas extras e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Antes de ir a promulgação, a proposta ainda precisará ser aprovada em segundo turno, o que deve ocorrer na próxima semana.

A aprovação da proposta se deu por unanimidade entre os senadores presentes. Foram 70 votos favoráveis e 1 abstenção. Os parlamentares classificaram o fim da diferença entre os domésticos e os demais trabalhadores como um acontecimento histórico, equiparado à abolição da escravidão no país.

— Nós estamos devendo isso ao trabalho doméstico no Brasil. Essa PEC significará um grande avanço social para 9 milhões de trabalhadores domésticos brasileiros — argumentou a relatora da proposta, Lídice da Mata (PSB-BA).

Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembraram que a luta pela correção dessa desigualdade na Constituição de 1988 completa 25 anos. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que o Parlamento

não pode fazer leis como uma indústria faz um produto, mas afirmou que, em alguns momentos, é possível atender o desejo da sociedade, que quer rapidez na aprovação de certas matérias.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou que, por ser feito dentro de casa, o trabalho doméstico esconde, além do trabalho infantil, outras mazelas que precisam ser combatidas.

### Homenagem

Os senadores saudaram o deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), primeiro signatário da PEC na Câmara, a coordenadora da bancada feminina na Câmara, deputada Janete Pietá (PT-SP), e a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, presentes à sessão. Muitos parlamentares também prestaram homenagem à deputada Benedita da Silva (PT-RJ), relatora da proposta na Câmara, que começou a trabalhar como doméstica ainda criança.

— Eu quero aqui parabenizar o Congresso Nacional em nome dessa mulher lutadora que começou como empregada doméstica aos 10 anos de idade, foi senadora, governadora, ministra e consegue aprovar um projeto como este em um dia que marcará sua vida pessoal e política — disse Lindbergh Farias (PT-RJ).

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a PEC equivale a uma segunda abolição no Brasil, um dos últimos países a criar uma legislação que não diferencia trabalhadores.

### Jornada

Entre os novos direitos conferidos aos trabalhadores domésticos, está o controle da jornada de trabalho, uma das mudanças mais relevantes na prática e, por isso mesmo, uma das mais polêmicas entre empregadores. Se antes os empregados domésticos não tinham duração do trabalho definida, agora passam a ter direito a uma jornada de 44 horas semanais e não superior a 8 horas diárias. Além disso, passam a receber horas extras, que devem ser remuneradas com valor pelo menos 50% superior ao normal.

Empregadores e críticos da medida alegam que a definição da jornada poderia levar à demissão em massa de trabalhadores. Muitos empregados domésticos dormem no local de trabalho, o que gera dúvida, por exemplo, sobre a possibilidade de que as horas à disposição sejam consideradas horas trabalhadas.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acredita que, embora haja o temor de que as mudanças possam sobrecarregar a classe média, a adaptação precisa acontecer.

## Os direitos dos empregados domésticos

A PEC 66/2012 estende à empregada doméstica os mesmos direitos assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais

### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

► **Salário mínimo**, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender as necessidades vitais básicas e as da família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada a vinculação para qualquer fim

► **Irredutibilidade do salário**, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo

► **13º salário** com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria

► **Reposo semanal** remunerado, preferencialmente aos domingos

► Gozo de **férias anuais** remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o salário normal

► **Licença à gestante**, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias

► **Licença-paternidade**

► **Aviso prévio** proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de 30 dias

► **Aposentadoria**

### PEC 66/2012

► **Relação de emprego protegida** contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos

► **Seguro-desemprego**, em caso de desemprego involuntário

► **Fundo de Garantia** do Tempo de Serviço (FGTS)

► Garantia de **salário** nunca inferior ao mínimo para os que recebem remuneração variável

► Remuneração do **trabalho noturno** superior à do diurno

► **Proteção do salário** na forma da lei, constituindo crime a retenção dolosa

► **Salário-família** pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei

► Duração do trabalho normal não superior a **8 horas diárias** e **44 semanais**, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho

► Remuneração do **serviço extraordinário** superior, no mínimo, em 50% à do normal

► **Redução dos riscos** inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança

► Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 5 anos de idade em **creches e pré-escolas**

► Reconhecimento das **convenções e acordos coletivos** de trabalho

► Seguro contra **acidentes de trabalho**, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa

► Proibição de **diferença de salários**, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil

► Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do **trabalhador com deficiência**

► Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a **menores de 18 anos** e de qualquer trabalho a **menores de 16 anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos

Foto: Ana Volpe/Jornal do Senado



Outro direito garantido pela PEC é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que deve gerar o maior aumento de custo para o empregador. O valor a ser recolhido mensalmente é de 8% do salário do empregado.

Apesar de o texto condicionar o pagamento do FGTS à

regulamentação, o consultor legislativo Eduardo Modena considera que a aplicação é imediata. Segundo ele, o pagamento do FGTS ao empregado doméstico é uma opção já prevista em lei e tem a sistemática estabelecida. A diferença é que agora o recolhimento passa a ser obrigatório.



## Vital do Rêgo elogia desoneração da cesta básica

Vital do Rêgo (PMDB-PB) elogiou o governo federal pela desoneração dos tributos incidentes sobre os produtos que compõem a cesta básica. Em pronunciamento ontem no Plenário, o senador considerou essa “uma das melhores iniciativas” para a prática da

justiça fiscal no país.

— O Brasil tem pressa em figurar definitivamente entre os países desenvolvidos com estabilidade, patamar que só atingiremos pela elevação constante e consciente dos padrões de vida da sociedade brasileira — afirmou.

De acordo com Vital do Rêgo, é importante reduzir a carga de impostos sobre as forças produtivas e os cidadãos de baixa renda. Por outro lado, ele diz ver como necessário elevar a carga tributária que incide sobre artigos de luxo e aqueles

considerados nocivos para a saúde pública, e que, portanto, devem ter o consumo desestimulado.

— Rogamos aos empresários da indústria e aos comerciantes que esta desoneração possa realmente se refletir na mesa do brasileiro.

# Debatedores propõem fim de tributação sobre bolsas de estudo

Mudança ocorreria nas bolsas concedidas pelas empresas a funcionários; debate foi feito pela comissão que analisa a MP do Pronatec

UMA MUDANÇA COBRADA durante audiência pública realizada ontem pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 593/2012 foi a eliminação da tributação de bolsas de estudo oferecidas pelas empresas aos empregados.

A desoneração é prevista em duas das 38 emendas apresentadas por senadores e deputados à chamada MP do Pronatec, que amplia a lista de beneficiários e ofertantes de bolsa-formação a estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Ambas as emendas alteram a Lei 12.513/2011, que criou o Pronatec.

— Isso vai possibilitar uma oferta maior de capacitação aos empregados pelas empresas — assinalou Elizabeth Homsi, advogada da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para o presidente da comissão mista, deputado Izalci (PSDB-DF), atualmente as empresas acabam sendo penalizadas por oferecer bolsas aos empregados.

— Essa emenda vem em boa hora para corrigir essa distorção. Precisamos incentivar aqueles que investem em educação — acrescentou.

O relator da MP, senador Paulo Bauer (PSDB-SC), também manifestou apoio à desoneração fiscal e admitiu



Marcos Oliveira/Agência Senado

Deputado Izalci (4º à dir.), presidente da comissão mista, e senador Paulo Bauer (3º à dir.), relator, debatem com especialistas

a possibilidade de acatar uma emenda com esse propósito.

— Inclusive tenho um projeto que já estabelece um critério para que não se cobre contribuição previdenciária sobre o valor destinado a bolsa de estudo — disse Bauer, em referência ao PLS 515/2011.

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marco Antonio de Oliveira, afirmou que o MEC tem uma posição simpática à medida, mas observou que o debate sobre a mudança nas regras de tributação precisa envolver a Receita Federal e o Ministério da Previdência.

## Bauer apresentará relatório sobre MP do Pronatec em abril

Paulo Bauer (PSDB-SC) anunciou que apresentará o relatório sobre a MP do Pronatec na segunda quinzena de abril. Ele fará ajustes no texto levando em consideração as emendas e o diálogo promovido com diferentes setores da sociedade.

Um ponto questionado é a autonomia dada pela MP às instituições de ensino superior dos serviços nacionais de aprendizagem para criar cursos superiores presenciais de tecnologia, alterar o número de vagas e ampliar as unidades de ensino.

Pela medida, órgãos como Sesi, Senai e Sesc poderão criar unidades para educação de jovens e adultos (antigo supletivo) e ensino médio.

Para o representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Gustavo Fagundes, a medida é um privilégio, tendo em vista que as instituições particulares precisam passar por um processo rigoroso de avaliação para a criação de cursos.

— Cria-se, ao arreio da Constituição, uma prerrogativa a partir da pessoa jurídica que mantém a instituição. Isso deixa vulnerável o princípio da isonomia.

Em resposta, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marco Antonio de Oliveira, disse que a autonomia concedida na MP não significa ausência de avaliações.

## Comissão tratará de multa a pais que não vai à escola do filho

Antes de votar o projeto que penaliza os pais que não acompanham o desempenho escolar dos filhos, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai ouvir, em audiência pública, a opinião de especialistas em educação e legislação sobre o assunto. A decisão foi tomada ontem.

O centro do debate é a previsão de multa — equivalente ao valor pago por quem não comparece às eleições — para aqueles que passam mais de dois meses sem ir à escola do filho. A penalidade está prevista no Projeto de Lei do Senado 189/2012, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF).

## Decisão sobre ampliação do Bolsa-Atleta é adiada

A ampliação do Programa Bolsa-Atleta a treinadores esportivos, que estava na pauta de ontem da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), acabou tendo a votação adiada.

Além de não haver quórum, o relator das duas propostas que tratam do assunto (PLSs 332/2009 e 134/2010), Paulo Paim (PT-RS), pediu a retirada da pauta.

Pelo PLS 332/2009, os treinadores terão direito a 10% do valor do benefício recebido pelos atletas que dirige. O PLS 134/2010 amplia o universo de atletas atendidos pela bolsa.

## Revista *Em Discussão!* aborda federalização da educação básica

Foi lançada ontem a nova edição da revista *Em Discussão!*, que cobre as audiências públicas ocorridas no Senado. O tema deste número é a necessidade de uma maior participação do governo federal na educação, para que o país eleve a qualidade das escolas públicas.

A Comissão de Educação,

Cultura e Esporte (CE) realizou em 2012 o ciclo de debates *Educação e Federalismo — educação básica: responsabilidade do governo federal?*, no qual 21 especialistas sugeriram caminhos para que o desempenho dos estudantes melhore.

Nas 84 páginas da revista, são apresentados números

detalhados da educação nacional e da parte do governo federal, dos estados e dos municípios no financiamento do setor.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), citou um dos desafios do Brasil:

— O Estado precisa acabar com as profundas diferenças de qualidade entre a escola

pública e a privada, bem como entre as diversas regiões do Brasil. Cumprimento a equipe da revista e desejo que continuem a fazer essa consolidação dos debates das comissões.

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a qualidade da revista.

— Agradeço o comprometimento da Secretaria de Comunicação Social [do Sena-

do] em nos dar instrumentos de grande repercussão como este [a revista] para mostrar o trabalho do Senado.

A revista apresenta as propostas em discussão no Senado, como o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012) e o projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que cria uma carreira nacional para os professores de escolas públicas e estabelece parâmetros de qualidade de infraestrutura e desempenho das escolas (PLS 320/2008).

O senador disse que a revista precisa chegar ao maior número de pessoas interessadas no tema.

— Isso pode representar um passo importante na direção do salto que o Brasil precisa dar em educação — disse.



Os senadores Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Cristovam Buarque, o diretor da Secs, Davi Emerich, e o editor da revista *Em Discussão!*, João Carlos Teixeira

 VÍDEO: Assista entrevistas da Agência Senado sobre o lançamento da revista: <http://bit.ly/videoED>



Ao lado do senador Vital do Rêgo (3º à dir.), Paulo Ziulkoski explica que a Confederação Nacional de Municípios apoia investimentos na educação

## Royalties devem ir integralmente para educação, dizem especialistas

Em audiência sobre a nova distribuição de recursos do petróleo, debatedores apontam solução para aprimoramento do sistema público de ensino

O DINHEIRO DOS royalties do petróleo deveria ser aplicado exclusivamente na educação, segundo especialistas que participaram de audiência pública promovida ontem pela comissão mista criada para examinar a Medida Provisória (MP) 592/2012, que trata das novas regras de distribuição dos recursos.

De acordo com o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a aplicação de 100% dos royalties em educação é indispensável para que o Brasil consiga aprimorar o sistema público de ensino, colocando-o no mesmo nível dos países desenvolvidos. Ele explicou que na educação infantil, por exemplo, seriam necessários investimentos adicionais de R\$ 23 bilhões — além dos R\$ 11 bilhões atuais — para garantir um padrão mínimo de qualidade.

— A educação pública tem melhorado, mas em ritmo muito lento. Para alcançar os países desenvolvidos, a gente levaria até 2060 — disse Cara.

A presidente da Sociedade Brasileira

para o Progresso da Ciência, Helena Nader, também defendeu 100% dos royalties na educação e sugeriu 70% no ensino básico, 20% no ensino superior e 10% em ciência e tecnologia.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, também apoiou a destinação total dos royalties para a educação. Na avaliação dele, a lei de redistribuição dos royalties, que foi parcialmente suspensa na segunda-feira devido a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), poderia contribuir para a educação receber mais recursos caso aplicada da forma como foi aprovada pelo Congresso.

— No nosso entendimento, a nova regra não fere nenhum direito adquirido, pois se aplica a um recurso petrolífero que ainda não foi extraído do subsolo — disse Ziulkoski.

Já Ernane Bilotte Primazzi, da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo, criticou a posição, segundo ele adotada por vários representantes de estados não produtores de petróleo, de buscar resolver todos os problemas do país somente com base numa nova distribuição dos royalties. Ele alertou para a necessidade de buscar outras fontes de recursos, além de aumentar a participação dos estados, e sobretudo da União, nos gastos que municípios fazem no ensino fundamental.

Ao final da audiência, o professor de Cartografia da Universidade Federal do Paraná Luís Augusto Koenig Veiga sugeriu a aprovação de nova metodologia para definição dos limites do mar territorial. Segundo ele, a Lei 7.525/1986, que trata do assunto, está desatualizada e traz prejuízos para muitos estados.

### Governadores comentam decisão do STF

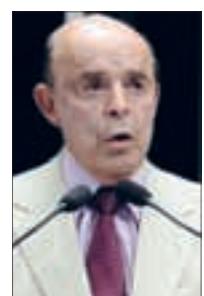
A liminar do STF suspendendo a Lei dos Royalties gerou repercussão ontem entre governadores. O de São Paulo, Geraldo Alckmin, defendeu a decisão. Renato Casagrande, do Espírito Santo, disse que a liminar aponta na direção

de preservação dos direitos dos estados produtores de petróleo. Já o governador de Goiás, Marconi Perillo, embora defenda o respeito aos contratos antigos, propõe o compartilhamento dos recursos provenientes de novos contratos.

## Dornelles está otimista com decisão de ministra

“Foi a decisão do bom senso e do respeito ao ordenamento jurídico”, disse Francisco Dornelles (PP-RJ) sobre a liminar assinada pela ministra Cármem Lúcia, do Supremo, que suspende a nova lei de distribuição dos royalties do petróleo, recentemente promulgada. Ele disse estar otimista de que o Plenário do STF manterá a decisão dela.

Segundo o senador, o texto aprovado pelo Legislativo — originalmente de autoria de Wellington Dias (PT-PI) e transformado em substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) — contém



Pedro França/Agência Senado

até erro material, visto que um dos dispositivos destina 101% dos royalties arrecadados.

— O projeto Vital do Rêgo é totalmente inconstitucional, pois ignora o conceito de royalties constante do artigo 20 da Constituição. Ignora o princípio do direito adquirido e da retroatividade, na medida em que atinge royalties de campos já licitados. E ignora os princípios da ordem orçamentária, na medida em que muda a distribuição de royalties de 2012 e 2013, que já estavam incluídos no Orçamento — disse.

## Lopes espera que estados cheguem a entendimento

Ao comemorar a liminar concedida pela ministra Cármem Lúcia, do STF, suspendendo a Lei dos Royalties, Eduardo Lopes (PRB-RJ) disse que a decisão sobre o tema no Congresso foi uma imposição dos estados não produtores. Para o senador, esses estados, “para dar um manto de virtude a uma atrocidade” contra os estados produtores, montaram um espetáculo de afirmação da legalidade e da justiça da medida.

— O grito da minoria em meio à festiva multidão é ignorado. Mas eis que agora se levanta um brado vigoroso do outro lado da praça, da

sede do Supremo Tribunal Federal a denunciar: “O rei está nu.” — afirmou.

O senador disse esperar que o Senado mude a própria posição e não ignore a necessidade de uma postura política, democrática e sensata. Para ele, é preciso que os estados não produtores assumam o erro e busquem o entendimento com os produtores para reparar o problema.

Ele também se solidarizou com as famílias da cidade de Petrópolis (RJ), devido às mortes provocadas pela chuva que atinge a região desde a noite de domingo.

## Carreiro sugere comissões permanentes para examinar vetos e MPs

O estabelecimento de comissões mistas permanentes para análise de vetos presidenciais e medidas provisórias (MPs) foi a principal sugestão de Raimundo Carreiro, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), para a reforma do Regimento Comum do Congresso.

Para Carreiro, que foi secretário-geral da Mesa do Senado entre 1995 e 2007, a análise de vetos poderia ser significativamente simplificada se bastasse a publicação do voto no *Diário Oficial da União*. Hoje, o Legislativo precisa aguardar o recebimento da comunicação do Executivo — o que classificou como rito “vazio e trabalhoso”, por envolver a convocação de sessão conjunta do Congresso.

O ministro defendeu também a criação de uma comissão permanente para a análise dos vetos, em lugar de uma comissão para cada voto, procedimento permitido pela Constituição. O mesmo mecanismo, continuou, poderia ser adotado na votação de medidas provisórias, com a vantagem de ser possível tratar de várias MPs em uma mesma audiência.

— Considero a comissão mista permanente um componente essencial na nova configuração do trabalho do Congresso — assinalou.

## Rodrigues quer aplicar nova proporcionalidade para compor colegiados

O senador Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP) requereu ontem que a Presidência do Senado oficie os líderes partidários para que indiquem, imediatamente, os membros das comissões permanentes do Senado de acordo com novo cálculo de proporcionalidade publicado no *Diário do Senado* da quarta-feira passada.

Diante da publicação do recálculo da proporcionalidade, os líderes que já haviam indicado senadores pelo critério anterior deveriam retirar esses nomes, para que sejam feitas as novas indicações. O senador explicou que, se algum líder não readequar as indicações de acordo com a nova distribuição, o Bloco União e Força (PR, PTB e PSC), que já fez as indicações respeitando os novos critérios, será prejudicado.

— Se os líderes não tomarem as providências, o Bloco União e Força não tem como assentar os seus senadores nas devidas comissões. Por exemplo, estou designado para duas comissões e quando chego à comissão não consta meu nome na lista — disse.

A proporcionalidade é prevista no artigo 58 da Constituição federal.



Arthur Monteiro/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado

Senadora Ana Amélia (E) considera irrisórios reajustes indicados pela representante da Saúde Ana Paula Cavalcante (D)

## Ministério descarta reajuste linear na tabela do SUS

Em audiência realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais, representante do Ministério da Saúde explicou que aumento de recursos será relacionado ao cumprimento de metas pelos serviços

O MINISTÉRIO DA Saúde não pretende fazer reajuste linear da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Quem descartou essa intenção foi a representante da pasta, Ana Paula Silva Cavalcante, em debate realizado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a discrepância entre os custos e os valores repassados pelo SUS para cobrir serviços prestados por laboratórios e hospitais filantrópicos conveniados.

— Não quero dizer que não é legítimo o que se discute aqui, mas esta gestão está fazendo um esforço para aportar mais recursos para o sistema em

bloco, a partir do compromisso dos serviços em cumprir metas — ressaltou Ana Paula Cavalcante.

Autora do requerimento para o debate, Ana Amélia (PP-RS) considerou irrisória a concessão de reajuste de até 400% no valor de alguns itens da tabela SUS — segundo informou a representante do ministério — quando esses procedimentos ficaram quase 20 anos sem revisão.

— Laboratórios e Santas Casas vivem uma situação de igual gravidade. Os custos operacionais têm aumentado violentamente, enquanto não há reajuste da tabela do SUS

— observou Ana Amélia.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) confessou ter ficado “estarrecido” com o quadro apresentado pelas entidades do setor. Ele afirmou apoiar a mobilização em torno da destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para o financiamento da saúde pública.

Ao final do debate, o presidente da CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), fechou acordo para que integrantes da comissão façam uma mediação entre laboratórios e hospitais filantrópicos e o ministro da Saúde em torno do reajuste da tabela do SUS.

## Laboratórios se queixam de sucateamento

Os laboratórios de análises clínicas que prestam serviços ao SUS também reclamaram da crise de financiamento na audiência pública realizada ontem na CAS. O valor pago pelo SUS por um exame de glicose, por exemplo, permanece o mesmo há 19 anos: R\$ 1,85.

O representante do Conselho Federal de Farmácia, Mario Martinelli, acredita que os laboratórios vinculados ao SUS “estão chegando ao fim”.

A entidade está vistoriando laboratórios públicos das 27 capitais brasileiras e constatou condições insalubres de funcionamento e falta de controle de qualidade interna em muitos deles.

— É perdendo qualidade a cada dia e não incorporando novas tecnologias que se consegue oferecer serviço sem reajuste há 19 anos — reivindicou o representante do Conselho Federal de Biomedicina,

Marcelo Abissamra.

Para o diretor da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, Vitor Pariz, o setor tem conseguido alguma sobrevida ao negociar redução nos preços de insumos e equipamentos com fornecedores. Ele afirmou que muitos laboratórios continuam trabalhando com o SUS por não terem condições financeiras de fechar as portas e suportar os encargos sociais da medida.

## Alvaro questiona programa federal de inovação da indústria



Pedro França/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou a eficácia e o elevado valor de recursos destinados pelo governo federal ao Plano Inova Empresa, lançado na semana passada. O objetivo do programa, que prevê a aplicação de R\$ 32,9 bilhões, é tornar as indústrias mais competitivas no mercado global por meio da inovação tecnológica.

O senador disse que outros programas foram lançados sem alcançar o objetivo nem aplicar todos os recursos previstos.

— Os desafios do sistema de inovação em nosso país exigem o fortalecimento das articulações e parcerias entre os atores públicos e privados. Esperamos menos marketing e ostentação.

## Anibal comemora construção de casas populares no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou investimentos no Acre para a construção de casas populares. Ele destacou o programa Cidade do Povo, que prevê a construção de mais de 10 mil casas, com investimento de R\$ 1,1 bilhão. Na segunda-feira, o governador Tião Viana assinou contrato com 13 empresas para o início da primeira fase das obras.

— Será uma grande contribuição para que o Acre supere seu problema de déficit de moradias.

De acordo com o senador, serão entregues na fase inicial, até março de 2014, 3.348 unidades.

— São casas de 39 a 50 metros quadrados, conforme o perfil das famílias: até três salários mínimos; de três a seis e acima de seis — disse.

Segundo Anibal, antes mesmo de as obras serem iniciadas, o projeto já está trazendo benefícios para o estado, com a abertura de milhares de oportunidades de emprego na construção civil.

## Senadores pelo Amapá se defendem de acusações

João Capiberibe (PSB) e Randolfe Rodrigues (PSOL), ambos do Amapá, contestaram ontem as acusações feitas contra eles por meio de um dossiê encaminhado ao Senado e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ambos afirmaram que as denúncias partiram de “representantes do crime organizado” e tiveram início na campanha para a Prefeitura de Macapá.

De acordo com o dossiê, Randolfe teria recebido dinheiro em 1999 e 2000, quando era deputado estadual, para votar a favor da aprovação das contas do então governador Capiberibe. O denunciante teria até recibos desse pagamento — que são falsos, segundo os dois parlamentares.

Segundo Capiberibe, o dossiê é “uma armação perpetrada por políticos adversários, que tentam retomar o poder no Amapá a qualquer custo”.

— Ao colocar todos na lama emporcalhada em que vive, o crime organizado do Amapá busca um salvo-conduto — afirmou Randolfe.

O senador se mostrou surpreso com o encaminhamento da denúncia à Procuradoria-Geral da República (PGR) pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, pois ele mesmo já havia encaminhado quando o caso surgiu no âmbito estadual.

Ele afirmou, porém, que o procedimento deveria tornar-se um padrão na Casa.

Ana Amélia (PP-RS), Pedro Taques (PDT-MT) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apoiaram a avaliação.

— Esse é o caminho para que qualquer denúncia que chegue aqui seja encaminhada rapidamente às devidas autoridades — disse Jarbas.

Em nota, Renan Calheiros afirmou que “não compete ao presidente do Senado emitir juízo de valor ou entrar no mérito do assunto, tampouco encaminhar a questão ao Conselho de Ética, expondo desnecessariamente os senadores”. Segundo ele, sendo a matéria de competência do Ministério Público Federal, a documentação foi enviada à PGR “para, se for o caso, adotar as medidas que entender pertinentes”. Renan afirmou que nutre “sincero respeito e apreço” pelos dois senadores.

Ao apoiar os colegas, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ressaltou “a luta de Capiberibe para quebrar um grupo poderoso envolvido com o crime organizado”. Jorge Viana (PT-AC) declarou que o autor do dossiê é “um político de quinta categoria”, enquanto Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) frisou que, infelizmente, “é isso o que acontece com aqueles que combatem o crime organizado”.



João Capiberibe vê armação perpetrada por adversários

Para Randolfe, crime coloca todos na lama para obter um salvo-conduto

## Humberto pede instrumentos contra o crime organizado

Humberto Costa (PT-PE) pediu ontem a imediata aprovação de projetos de lei que fortaleçam o combate ao crime organizado. Ele citou o PLS 150/2006, que define organização criminosa e tipifica seus crimes, conforme previsto na Convenção de Palermo. O texto normatiza a investigação criminal, a obtenção de prova e faz previsão de crimes correlatos e do procedimento criminal a ser aplicado. Entre os tipos de crime organizado, estão tráfico de pessoas, armas e drogas; roubo de cargas, carros e medicamentos; sequestros e jogos ilegais.

— Esse projeto traz grande contribuição para que o Brasil enfrente de forma mais eficaz as organizações criminosas. Sua aprovação dará mais capacidade para as instituições de segurança — afirmou.

# Países africanos renegociarão dívida com Brasil

Senado autoriza que o governo ofereça parcelamento dos US\$ 4,32 milhões devidos por São Tomé e Príncipe e perdão de 45% do débito de US\$ 6,57 milhões do Senegal

A RENEGOCIAÇÃO DE dívidas de dois países africanos com o Brasil, num total de aproximadamente US\$ 11 milhões, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. O Projeto de Resolução 16/2013 cancela US\$ 2,97 milhões da dívida do Senegal com o Brasil, representando o perdão de aproximadamente 45% de uma dívida de US\$ 6,57 milhões. Já a dívida de São Tomé e Príncipe, calculada em US\$ 4,32 milhões, será reescalonada para quitação em sete parcelas, sem desconto.

No caso da dívida do Senegal, os US\$ 3,6 milhões restantes serão reescalonados para pagamento em dez parcelas semestrais com início dois meses depois da assinatura do contrato. As demais (15% do montante cada uma) serão quitadas anualmente, sendo a primeira um ano após o pagamento inicial.



Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos analisam a renegociação e o pedido de urgência para a votação da proposta, antes da aprovação em Plenário

dois meses após a assinatura do contrato. As demais (15% do montante cada uma) serão quitadas anualmente, sendo a primeira um ano após o pagamento inicial.

O pedido de renegociação das dívidas foi encaminhado pelo governo como tentativa de retomar os pagamentos e regularizar o relacionamento financeiro entre os países.

O projeto havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi acatado pedido de urgência. Na CAE, a mensagem sobre o Senegal (MSF 11/2013)

foi relatada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Já a proposta que trata da dívida de São Tomé e Príncipe (MSF 15/2013) foi avaliada por José Pimentel (PT-CE).

## Débitos começaram nas décadas de 70 e 80, com financiamento à exportação

Vários países do continente africano possuem dívidas oficiais em atraso com o Brasil. Em geral, são débitos que se originaram de operações de financiamento à exportação das décadas de 70 e 80 com recursos do extinto Fundo de Financiamento às

Exportações (Finex), integradas ao atual Programa de Financiamento às Exportações (Proex). As informações são dadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, na justificação da proposta enviada ao Congresso.

Segundo Mantega, o Brasil

tem procurado participar do esforço internacional para a solução dos problemas econômicos e sociais dos países pobres altamente endividados, de modo que possam retomar suas trajetórias de desenvolvimento e de combate à pobreza.

A dívida senegalesa também foi discutida no Clube de Paris, que reúne os principais detentores de créditos oficiais. Embora não seja membro do grupo, o Brasil acompanha as discussões e adota os acordos alcançados como referencial.

O ministro ressaltou que, com relação a São Tomé e Príncipe, o parcelamento permitirá a retomada dos pagamentos e a regularização do relacionamento financeiro entre os dois países, com novas possibilidades para as relações comerciais.

## Aprovado embaixador para a China

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Valdemar Carneiro Leão Neto para o cargo de embaixador do Brasil na China. Ele vai acumular o cargo em Pequim com o de embaixador na Mongólia.

Também foi aprovada a indicação de José Amir da Costa Dornelles para embaixador do Brasil no Timor-Leste.

Durante a votação no Plenário, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que Leão Neto é "muito capaz e competente" e hoje talvez seja um dos embaixadores mais importantes para a política externa do Brasil.

Os indicados haviam sido aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na última quinta-feira, após sabatina.

Durante a sabatina, Leão Neto lembrou que a China ocupa hoje a posição de segunda maior economia do planeta, atrás apenas dos EUA. Ele registrou que o país, cuja população ultrapassa 1,3 bilhão de habitantes, é atualmente o maior parceiro comercial do Brasil.

O diplomata José Amir da Costa Dornelles definiu o Timor-Leste como um parceiro interessante para o Brasil, já que parte da população fala português.

— O Timor é um país pequeno, longínquo e obscuro, mas tem condições de se tornar uma nação muito relevante naquela região [Oceania]. O país está sendo construído do zero, praticamente, e tem demonstrado estar particularmente aberto a receber a cooperação brasileira.

## Adiada votação sobre obras da Copa

Ficou para a próxima semana a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto pelo qual as obras de infraestrutura para a Copa de 2014 devem continuar excluídas dos limites de crédito de prefeituras e estados, mesmo que sejam retiradas da lista de projetos prioritários integrantes da matriz de investimentos para o evento (PRS 3/2013). A proposta é de Romero Jucá (PMDB-RR).

Pela Lei Geral da Copa, o governo pode excluir da matriz as obras que não foram licitadas e não ficarão prontas até a Copa. Esses projetos ficam sujeitos ao remanejamento das linhas de financiamento e perdem a condição de excepcionalidade em relação aos limites de endividamento.

Jucá pediu que a votação fosse mantida. Ele informou que havia fechado acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR), autor de voto em separado pela rejeição do projeto. O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), pede a aprovação.

Pelo acordo firmado por Jucá com Alvaro, passaria a haver uma condição para que os projetos excluídos da matriz de investimentos pudessem continuar fora dos limites de crédito do ente federativo que responde pelo empreendimento: as obras terão de ser iniciadas até dezembro.

Pedro Taques (PDT-MT) disse que necessitava de tempo para analisar a alteração. Ele apresentou voto em separado, sugerindo a aprovação, mas com formato diferente do texto original.

## Cyro pede zelo com documentos históricos

A informação de que parte dos documentos do Arquivo Nacional foi danificada por um temporal no Rio de Janeiro, noticiada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, motivou discurso ontem de Cyro Miranda (PSDB-GO). Ele disse que "sem memória nacional, não há povo, cidadania ou nação". Ao que parece, segundo o senador, conta-se mais com a sorte do

que com o planejamento para preservar os documentos do Arquivo Nacional.

Papéis históricos do Ministério da Justiça, registros sobre a Era Vargas e sobre o reinado de Dom João VI estão entre os documentos danificados.

— Os documentos da Lei Áurea só não foram atingidos porque estavam em exposição em outro local — disse.

Segundo Cyro, servidores dizem que as inundações no Arquivo Nacional têm se repetido ao longo dos anos. O senador afirmou que o prédio que abriga o Arquivo Nacional precisa de qualidade técnica de preservação. Ele lamentou que não exista uma política pública eficaz para a preservação de documentos em arquivos e museus.

Na visão do senador, os estragos em prédios que abrigam documentos públicos revelam que o governo não tem o devido zelo com a memória nacional, preferindo a cultura dos improvisos e dos remendos. Cyro afirmou que o Brasil moderno e contemporâneo não pode prescindir de uma política de preservação de documentos públicos.



O senador citou temporal que atingiu obras do Arquivo Nacional, no Rio

# Senadores lamentam desastres naturais

**D**esabamentos e enchentes provocados pela chuva que atinge desde domingo à noite a cidade de Petrópolis, na Região Serrana do Rio de Janeiro, provocaram pelo menos 27 mortes até ontem à tarde, deixaram 18

pessoas feridas e 1.466 desalojadas e desabrigadas. Entre quatro e oito pessoas ainda estão desaparecidas. O desastre foi tema de pronunciamentos de Casildo Maldaner e Aloysio Nunes Ferreira, que pediram mais atenção à prevenção de

catástrofes naturais. Outra calamidade que vem provocando estragos, a seca no Nordeste foi citada por Cícero Lucena e Paulo Davim, que pediram mais investimentos não apenas em prevenção, mas para amenizar os efeitos.



Petrópolis (RJ): bombeiros trabalham em áreas afetadas pelas fortes chuvas na Região Serrana



Cerca de 6 mil pessoas recebem água por meio de carros-pipa, por causa da seca em João Pessoa

## Casildo: marco regulatório da defesa civil é urgente

A necessidade da implantação imediata de uma política de defesa civil com foco na prevenção foi destacada por Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador chamou a atenção para as mortes ocorridas em Petrópolis, em virtude das chuvas.

Há dois anos, lembrou, a Região Serrana do Rio de Janeiro enfrentou uma das maiores catástrofes do país, com cerca de mil mortos e milhares de desabrigados, também por causa das chuvas.

— O problema se repetiu porque faltaram obras de contenção, educação e conscientização das populações que vivem em áreas de risco, sistemas de alerta e, quando necessário, remover as famílias para áreas seguras — apontou.

Ele observou que o Senado tem propostas que podem dotar o país de mecanismos eficazes de defesa civil, fruto do trabalho da Comissão de Defesa Civil, de que foi relator, e cobrou o envio, pelo governo, de uma proposta de novo marco regulatório para o setor. Casildo criticou a manutenção dos investimentos em reconstrução e pediu mudanças no Fundo Especial para Calamidades Públicas.



Pedro França/Agência Senado

## Aloysio pede investimento na prevenção a tragédias

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) comparou a escalada de gastos do governo com publicidade e com a prevenção de desastres naturais. O senador informou que protocolou requerimento pedindo explicações detalhadas sobre os gastos da Presidência com publicidade na internet que, segundo ele, passaram de R\$ 15 milhões em 2000 para R\$ 90 milhões em 2011, um aumento de 483%. E alegou que os dados disponíveis não são pormenorizados.

Aloysio afirmou que os investimentos em prevenção aos desastres naturais, como as mortes nas áreas de risco na Região Serrana do Rio de Janeiro, não contam com a mesma preocupação do governo. O senador lembrou que os desastres se repetem todos os anos, com centenas de mortos e desabrigados. No entanto, informou, somente há seis meses foram liberados recursos prometidos em 2011 — R\$ 545 milhões — para a construção de casas e obras de prevenção aos desastres em Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo.

— É claro que não daria tempo para tomar medidas eficazes para prevenir os desastres que acabaram por ocorrer — comentou.



## Cícero quer mais combate às desigualdades regionais

A política de combate às diferenças regionais foi criticada por Cícero Lucena (PSDB-PB). Segundo o senador, apesar do discurso oficial, o governo pouco ou nada fez nos últimos dez anos para reduzir o problema.

Cícero disse que as políticas do governo têm provocado o aprofundamento das desigualdades entre os estados da Região Nordeste. Para a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o senador disse que a previsão de recursos para a Bahia é de R\$ 89 bilhões, enquanto a Paraíba deve receber apenas R\$ 13 bilhões. Ele ainda lamentou a gravidade da seca, que piora a situação paraibana, e disse que critérios políticos e apadrinhamentos explicam por que o Brasil “patina” quando se trata de diminuir as desigualdades.

Cícero destacou auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2009 a 2012, sobre a política nacional de desenvolvimento regional. O resultado aponta irregularidades de gestão, falta de coordenação regional nos programas, fragilidades institucionais e ausência de planos estruturados de desenvolvimento para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Assim, disse o senador, as políticas e os planos empregados não têm sido capazes de reverter as desigualdades entre as macro e as microrregiões.

## Davim sugere medidas para amenizar efeitos da seca

Paulo Davim (PV-RN) sugeriu medidas para amenizar os efeitos da seca no Nordeste, como a construção, a recuperação e a escavação de açudes e barragens, o investimento em infraestrutura, o aumento da cota de distribuição de água, a instalação de poços perfurados e a perfuração de novos poços.

— Mais de 3.500 poços pararam de funcionar por falta de manutenção e mil poços foram perfurados, mas não entraram ainda em funcionamento — afirmou o senador, que lembrou também da necessidade de dessalinizadores em alguns locais.

Davim sugeriu a construção de barragens submersas e o aumento da cota de ração e de milho distribuída aos pequenos e médios agricultores e dos incentivos para que eles reponham o rebanho. E afirmou que é preciso investir em agricultura adaptada ao clima e ao solo da região por meio da irrigação.

O senador também elogiou a campanha O Campo Grita, da diocese de Caicó (RN).

O objetivo é conscientizar a população sobre seus direitos e arrecadar doações para obras de recuperação e abertura de poços na região.



## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Em debate que integra a celebração pelo Dia Mundial da Água, presidente da Agência Nacional de Águas detalha plano estratégico para margem direita do Rio Amazonas

# Para ANA, só integração setorial garante uma Amazônia sustentável

O USO SUSTENTÁVEL dos recursos hídricos na Amazônia só será possível se houver a integração de ações nas esferas federal, estadual e municipal e nos diferentes setores como agropecuária, mineração, geração de energia, abastecimento de água e saneamento. O recado é do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

Em debate realizado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA) como parte dos eventos para celebrar o Dia Mundial da Água, 22 de março, Guillo apresentou o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas.

— O plano é um instrumento de planejamento integrado que representa o melhor conhecimento hoje disponível sobre a Amazônia, dos diversos setores. É preciso acordo sobre as perspectivas de aproveitamento desse território — disse.

Ele observou que, a partir desse acordo, espera-se que haja compromisso no sentido da integração de ações,

Marcos Bergonzi/Secom-MT



Vista aérea do Rio Xingu, um dos sete afluentes da margem direita do Rio Amazonas incluídos no plano estratégico

rompendo com a prática de iniciativas fragmentadas e aleatórias na exploração dos recursos. Para ele, a integração é condição para evitar que o plano estratégico se torne um “documento em prateleira de biblioteca”, conforme preocupação manifestada por Jorge Viana (PT-AC).

Vicente Guillo explicou que deverá ser criado um comitê gestor do plano estratégico, com representação dos principais atores das bacias da

margem direita do Amazonas.

— Precisamos trazer para dentro do comitê gestor as pessoas que decidem, para que depois suas decisões sejam implementadas, ou seja, tem que subir ao nível dos principais tomadores de decisão, os governadores e os principais ministros de Estado, para que [o plano] possa ser efetivamente implantado.

Jorge Viana, que propôs o debate, ressaltou a importância do plano.

— No passado, a ocupação da Amazônia se deu pelas bacias, os rios eram as melhores estradas. Depois, por opção equivocada, o país tentou trabalhar a Amazônia por outros caminhos e deu muito errado. O Brasil ainda não comprehende como é estratégico ter a Amazônia. As políticas desprezam a lógica das bacias hidrográficas — disse, ao apoiar o plano estratégico como indutor do investimento público na região.

**Plano atinge 5 milhões de habitantes**

Elaborado para orientar o uso dos recursos hídricos, o plano estratégico para os afluentes da margem direita do Amazonas tem a água como um bem de domínio público e uso múltiplo. Segundo Ney Maranhão, da ANA, a margem direita engloba os Rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Jutaí e Javari, 224 municípios e 5 milhões de habitantes.

Tapajós, Madeira e Xingu são os afluentes com maior atividade socioeconômica. Estão neles as hidrelétricas em construção Belo Monte, Jirau e Santo Antônio. O plano considera o aproveitamento do Tapajós para geração de energia, mas propõe a preservação do Juruena, seu afluente.

Para o presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), “o trabalho reforça a percepção de que a Amazônia é heterogênea nos tipos de solo e vegetação, refletindo na qualidade e quantidade de água disponível”.

## Debatedores alertam para impacto ambiental do consumo

Mudanças no padrão de consumo e planos educacionais voltados para a sustentabilidade são aspectos que devem ter mais atenção do governo e da sociedade. A recomendação foi feita por especialistas ontem na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). O debate celebrou o Dia da Conscientização sobre Mudanças Climáticas, 16 de março.

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou a redução das tarifas de energia concedidas pelo governo.

— A medida vem na contramão porque, ao invés de incentivar a redução, incentiva o maior consumo de energia.

O secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças

Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, defendeu uma mudança no padrão de consumo que traga equilíbrio entre sustentabilidade e desigualdade social. Segundo ele, o consumo de energia é desigual e contribui para a disparidade social.

— Nós temos a desigualdade mundial dentro do Brasil. Uma parcela da população tem um consumo muito alto de energia e uma grande maioria tem consumo muito baixo. Não é justo que essa parcela de consumo alto fique isenta

de qualquer pressão para a redução — explicou Pinguelli.

Ele também chamou a atenção para a baixa qualidade do transporte público, que eleva a emissão de gases poluentes, pois incentiva o transporte individual.

— Infelizmente, o que pode compensar isso é um bom serviço de transporte público, ainda muito precário — disse.

Já Fábio Cidrin, da WWF Brasil, pediu que as pessoas tenham mais sensibilidade ao consumir e lidar com as propagandas publicitárias.

— Os recursos naturais são finitos. E nós, bombardeados por propaganda para consumir coisas que não precisamos. Na infância, principalmente, isso traz grandes prejuízos — disse.

Também estiveram presentes o secretário-executivo da Agência de Notícias dos Direitos das Crianças, Veet Vivarta, e o diretor do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Nilo Sérgio de Melo Diniz.



Para Pinguelli Rosa (à dir., ao lado de Sarney Filho), consumo de energia desigual contribui para disparidade social

## Ângela Portela elogia Plano Nacional de Defesa do Consumidor

Ângela Portela (PT-RR) elogiou o Plano Nacional de Defesa do Consumidor, lançado pelo governo federal semana passada. A senadora sustentou que a medida poderá servir de alívio aos consumidores brasileiros lesados por práticas abusivas,



além de melhorar as relações entre o comércio e a clientela.

Ângela destacou que o plano reforça e apoia estruturas que já atuam na proteção do consumidor, como os quase 700 Procons instalados em mais de 200 municípios. Ela citou

dados de Roraima, onde 30% das reclamações são contra empresas de telefonia.

A parlamentar também comentou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta 577 mil processos nos juizados de pequenas causas registrados no Rio de Janeiro, Ceará e Amapá.

O número, no entanto, não reflete a quantidade de consumidores prejudicados, segundo Ângela Portela.

Para ela, mesmo quando há uma decisão favorável ao consumidor, a indenização não cobre o “sofrimento” causado pelas “práticas danosas do comércio”.

A senadora avaliou ainda

que o plano deve tornar mais rígidas a fiscalização e a punição das empresas, com a intenção de reduzir os conflitos no Judiciário e estimular o mercado a melhorar a prestação de serviços.

— Principalmente de áreas como a da telefonia, bancos, serviços de cartão de crédito e o setor financeiro — explicou.



Autor do substitutivo a oito propostas sobre o FPE, Walter Pinheiro (sentado) explica detalhes do texto, ao qual Aloisio Nunes (D) não teve acesso, motivo pelo qual solicitou mais tempo para discussão

## Regime de urgência para novas regras do FPE

Prevista para ontem, votação do substitutivo de Walter Pinheiro aos projetos que tratam da distribuição do Fundo de Participação dos Estados deve acontecer em 2 de abril

O PLENÁRIO APROVOU ontem requerimento para a votação em regime de urgência dos novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A votação deverá ocorrer na primeira semana de abril.

Vários parlamentares alegaram falta de conhecimento do substitutivo elaborado por Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos que tratam do tema (PLSs 192, 289, 744 e 761, de 2011; e 35, 89, 100 e 114, de 2012).

— Não tive oportunidade de reunir a bancada do PSDB para tratar do projeto porque não tenho conhecimento do texto final do relator — disse Aloisio Nunes Ferreira (SP), líder do partido.

Diante das dúvidas apresentadas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, determinou a publicação imediata do relatório na internet. No entanto, ele ressaltou, por diversas vezes, a necessidade de definição das novas regras.

— A urgência desse projeto se faz pela própria natureza dele e pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Depois, a compreensão de que

se nós não marcarmos a data para a apreciação dos critérios, dificilmente chegaremos a bom termo — explicou.

Walter Pinheiro afirmou que a ideia principal do relatório é dar segurança jurídica para os estados e para o governo federal. Dessa forma, o texto assegura a cada unidade federativa um piso igual ao valor atualmente recebido e fixa prazo até 2017 para

### Proposta do relator estabelece como piso os valores recebidos hoje pelos estados

que o Congresso Nacional discuta e defina os critérios para dividir eventuais valores que sobrarem após a distribuição com base no piso.

— O que nós fizemos foi garantir o valor atual e projetar isso para a frente. Só teremos mudanças no valor excedente — esclareceu o parlamentar.

Hoje, os estados das Regiões Sul e Sudeste recebem juntos 15% dos repasses. Os das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que ficam com os outros 85% e são mais dependentes dos recursos, temem possíveis perdas.

José Sarney (PMDB-AP) lembrou que já se passaram dois meses do prazo de 150 dias garantido pelo STF para a definição de novos critérios pelo Congresso — até lá continuam valendo os critérios antigos. Sarney defendeu o cumprimento do Regimento Interno e o início da discussão em 48 horas.

— O ministro [do STF Ricardo] Lewandowski, atendendo uma solicitação do Senado Federal, estendeu esse prazo por mais cinco meses. Dois meses e meio nós já consumimos sem fazer absolutamente nada

— alertou o senador.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sugeriram transformar a sessão da próxima terça-feira, dia 26, em sessão temática com amplo debate sobre as novas regras para a partilha do fundo, ficando a votação para 2 de abril.

— Nós não tivemos, concretamente, tempo hábil para o debate sobre esse substitutivo

e sobre os cálculos finais que, pelo que está aqui apresentando, se reveste de um prejuízo para os estados da Amazônia — disse Randolfe.

Aécio Neves (PSDB-MG) ressaltou proposta dos governadores, em reunião com parlamentares sobre o pacto federativo, para incluir as contribuições sociais na base de cálculos que compõem o fundo. Ele também pediu uma discussão “mais aprofundada” da matéria.

Em 2010, o STF declarou inconstitucionais os coeficientes fixos de rateio contidos na Lei Complementar 62/1989 e estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2012 para que o Congresso elaborasse uma nova regra. Como o prazo não foi cumprido, o ministro Lewandowski estipulou, em janeiro, um período adicional de 150 dias.

### Medida provisória

Ao anunciar o adiamento da votação das regras do FPE, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), informou que o relator da medida provisória que trata do Pacto Nacional pela

Alfabetização na Idade Certa (MP 586/2012), Eduardo Amorim (PSC-SE), não teve tempo para concluir o relatório e só deverá fazê-lo hoje ou na próxima semana.

VIDEOS



Geraldo Alckmin quer manutenção das atuais regras do FPE:  
<http://bit.ly/FPE-2>



André Puccinelli diz que proposta do FPE “despiorou” bastante:  
<http://bit.ly/FPE-1>

## Suplicy apoia prefeitos sobre precatórios

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou em pronunciamento, ontem, um manifesto da Frente Nacional de Prefeitos contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou ilegal a Emenda Constitucional 62/2009 — que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.



Senador destaca manifesto

A partir de agora, os precatórios não poderão mais ser leiloados. Antes, os credores ofereciam descontos nas dívidas em troca do pagamento mais rápido. Também caiu a regra que permitia a estados e municípios parcelar dívidas. Foi derrubado o prazo de 15 anos para o pagamento dos precatórios.

O manifesto lembra as dificuldades financeiras que os municípios poderão enfrentar por conta da decisão do Supremo.

— Espero que o presidente do STF possa receber logo os prefeitos e os governadores, que estão preocupados com essa decisão — disse Suplicy.

## Luiz Henrique: partilha deve incluir território

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou ontem que a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deveria levar em conta os critérios de área territorial, população e inverso da renda per capita estadual. No texto que foi ao Plenário (*leia matéria acima*), são considerados apenas a população e o inverso da renda per capita.

— Quanto maior a área geográfica do estado, maior a dificuldade para prover a infraestrutura e alcançar cidadãos. Quanto maior a população, maior a necessidade de recursos para prestar serviços públicos. Quanto menor a renda per capita, menor a capacidade

de autofinanciamento do estado — explicou Luiz Henrique.

Segundo o senador, a utilização das três variáveis como critérios faria com que a regra fosse simples e transparente, além de oferecer uma distribuição justa na busca pela redução das desigualdades regionais.

— Através da distribuição do fundo, pode-se estabelecer um caminho para o combate aos desníveis regionais, para fazer com que o Brasil seja menos desigual e que haja menos Brasils diferentes.



Regra justa, avalia o senador

O senador elogiou os critérios de transição que devem ser utilizados na distribuição dos recursos.